

Ata da 288ª reunião do Conselho da Ordem dos Advogados, sessão de Pernambuco.

Nos treze dias do mês de setembro de mil novecentos e cinquenta e sete, pelas dezesseis horas, na sala da Biblioteca do Tribunal de Justiça, reuniu-se o Conselho Seccional da Ordem dos Advogados, sob a presidência do doutor José Cavalcanti Nery, servindo como primeiro secretário ad-hoc, Alberto José de Alde, e como segundo secretário, Luiz Rafael de Aguiar, presentes ainda os Conselheiros Gustavo Cintra Paeshaus, Jorge Carneiro da Cunha, Rivaldo Bormelas Câmara, Sigismundo Cabral, Carlos Martins Moreira, Otton Sialfo de Oliveira, Sérgio Siqueira, João Pinheiro Reis, José Laurênio Accioly, José Paulo Cavalcanti e Roberto Araújo. No início dos trabalhos, foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. Do expediente, constou a leitura de um ofício do Conselho Federal, congratulando-se pela promulgação da Lei nº 3.186; de um ofício do mesmo Conselho, remetendo o parecer do Conselheiro João da Rocha Moreira sobre modificações nos órgãos da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul; de um outro ofício de igual procedência recomendando a revisão das inscrições dos escrivães de colônia, para os efeitos do artigo 10, V, do Regulamento, remetendo-o Presidente à consideração da Comissão de Indicação. Na ordem do dia, foram aprovados os pareceres da Comissão de Indicação, pela inscrição no quadro de advogados, em caráter definitivo, dos bacharéis Antônio Salício Guedes Alcoforado e Odúlio José Pereira Braga, este impedido contra a



Sociedade Estadual; em caráter provisório, Iza Ribeiro, Maria Isabel Albuquerque Campelo, José Nelson Rangel, impedidos contra a Sociedade Estadual, e Luiz Belém de Almeida, impedido contra a Sociedade Pública em geral; pela inscrição no quadro de solicitadores, Geraldo Calafete Bezerra, Juvenal Cipriano Lins e João Bosco Carneiro; e mais, Israel Sanderlei Marques, Sebastião Trácio de Oliveira Neto, José Napoleão Soares de Oliveira, impedidos contra a Sociedade Estadual, e João Fernandes Delfo, impedido contra a Sociedade Estadual; transformados em definitivas as inscrições provisórias dos advogados Jaci Aragães Florêncio, José de Aquino Cavalcanti Lima e Luiz Felipe de Albuquerque Maranhão, foi indeferido, de acordo com o parecer da Comissão, o pedido de cancelamento de impedimento requerido pelo advogado Flaviano Araújo. O Senhor Presidente apresentou ao Conselho a petição de Amaro Osório Bonfim Câmara, na qual esse senhor da Secretaria da Ordem, tendo em vista a resolução do Conselho a respeito de acumulação dessa função com uma outra exercida no Setor Distrito de Porto, Rio e Ceará, solicitava exoneração da Secretaria em face da sua opção pelo último dos cargos. Solicitava ainda o Requerente que o Conselho lhe concedesse uma gratificação, tendo em vista a constrangedora situação financeira em que ficava, e ainda a necessidade em que se encontrava de reinstalar os seus serviços de advocacia, atividade que desenvolveria lá muito para melhor atender ao expediente da Secretaria. Quanto a segunda parte foi decidido que o Senhor Desembargador



emitisse o seu parecer, afim de que o Conselho provisoriamente se pronunciasse ainda com a palavra, o Presidente deu a conhecer que ocorrera um caso de suma gravidade, que estava a exigir esclarecimento. Para instruir a reclamação trabalhista que contra a Secção move o ex-funcionário Bezerra, o Presidente telegrafou ao Sr. Corinto Salcões solicitando a remessa de acórdãos do Supremo Tribunal Federal, correspondentes à questão suscitada na Justiça do Trabalho. Acontece que dois dias depois de recebido aquêle telegrama, o Doutor Corinto Salcões recebe um auto, mandando instar o pedido, indo subscrito o nome do Presidente. Entretanto o Presidente não assinou, não determinou e nem teve conhecimento desse segundo telegrama, havendo, portanto, uma evidente falsificação. Em face disso resolveu o Conselho se abrisse inquérito para apurar as responsabilidades, inclusive no setor criminal. Com a palavra, o Conselheiro José Paulo Cavalcanti fez um minucioso relato da viagem que empreendera, com objetivo de estudos, à Itália, durando-se em informações sobre as universidades que visitara e juízes eminentes que tivera a oportunidade de conhecer. Exibiu em seguida a carta do Professor Trabucchi, autorizando-o a traduzir ao português as Instituições de Direito Civil, trabalho a que se montificava o dr. José Paulo a fazer em benefício financeiro da Ordem. Cogitou ainda a possibilidade de ainda daquele Professor para a realização de um curso em Recife. Ambos os assuntos foram encaminhados à Presidência para encaminharem-se as soluções. Nada mais

gavendo a tnta, deu-se por encerrada a
sessão, de qual saírei a presente ata,
que será assinada pela Mesa, depois de
lida e aprovada.

José Gonçalves Waver - Presidente
José Severino - 1º Sec.
Luiz Klupp - 2º Sec.